

REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDENCIA –CNP

27/09/2018

Diretoria de Benefícios**Coordenação – Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios - CGGPB**

**Regulamentação dos convênios celebrados
com o INSS, preconizado pelo artigo nº 115 da
Lei nº 8.213/91.**

LEGISLAÇÃO

- Lei 8.213/91

“Art. 115. Podem ser descontados dos benefícios:
(...)

V - mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.”

OBJETIVO DOS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

- Operacionalizar o recolhimento de contribuição associativa prevista em Lei de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

- Atualmente 18 entidades estão conveniadas;
- A formalização de novos convênios estão condicionadas a entidades que possuem abrangência nacional;
- Aproximadamente 2,75 milhões de benefícios com descontos, com repasses de R\$ 57,5 milhões mensal;
- Controle periódico dos 2.75 milhões benefícios que atualmente encontram-se com descontos de mensalidades associativas;

RECOMENDAÇÕES ÀS ENTIDADES

- Divulgação do Acordo e seus anexos aos seus funcionários e sindicatos filiados;
- O formulário de autorização deve ser específico para este fim, não devendo utilizá-lo, por exemplo, para filiação de segurado ao sindicato ou para autorização de outros tipos de descontos;
- Centralização dos arquivos na sede das entidades conveniadas;

RECOMENDAÇÕES ÀS ENTIDADES

- Organização dos arquivos de forma a permitir a rápida e eficaz localização das fichas na ordem solicitada pelo INSS;
- Encaminhamento de arquivo à DATAPREV com solicitação de inclusão de novos descontos somente quando estiver de posse dos formulários de autorização assinados pelos segurados;

RECOMENDAÇÕES ÀS ENTIDADES

- Orientar seus funcionários e sindicatos filiados para a obrigatoriedade de que as autorizações sejam assinadas pelos titulares dos benefícios que autorizarão os descontos.

ENTIDADES ACORDANTES

| ENTIDADE DE CLASSE | | VIGÊNCIA |
|--------------------|-----------------|----------|
| 1 | ANAPPS | 05/2022 |
| 2 | ASBAPI | 07/2019 |
| 3 | ASTRE | 09/2020 |
| 4 | CENTRAPE | 12/2020 |
| 5 | COBAP | 08/2022 |
| 6 | CONTAG | 08/2019 |
| 7 | SINTAPI/CUT | 01/2019 |
| 8 | CONTRAF/ FETRAF | 04/2022 |
| 9 | SINDNAP/FS | 10/2018 |
| 10 | SINDAPB | 10/2018 |
| 11 | SINDIAPI | 08/2019 |
| 12 | STEFRJ | 11/2019 |
| 13 | ABAMSP | 10/2021 |
| 14 | FITF/CNTT/CUT | 06/2021 |
| 15 | SINTRAAPI/CUT | 06/2021 |
| 16 | RIAAM-BRASIL | 12/2021 |
| 17 | Unidos/MONGERAL | 05/2022 |
| 18 | ABSP | 04/2022 |

INSS**Diretoria de Benefícios****Coordenação – Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios -
CGGPB**

Apresentação sobre Resolução nº 656 do Instituto Nacional do Seguro Social, de 4 de setembro de 2018, referente bloqueio da margem do consignado por até 180 dias, prorrogáveis por mais 180 dias.

Motivação para publicação da Atual Resolução

- ACP Pará nº 2008.39.00.003206-22200 (ACP/PA) – prevê a suspensão dos descontos relativos ao empréstimo consignado quando os aposentados e pensionistas alegam não reconhecimento do contrato.
- Em cumprimento à Ação, regulamentado pelo Memorando-Circular nº 21/DIRBEN/CGBENEF de 04 de agosto de 2008 – as Agências da Previdência, por solicitação dos beneficiários, excluía imediatamente o empréstimo e a margem era liberada, permitindo a contratação de novo empréstimo.

Motivação para publicação da Atual Resolução

- Após as medidas tomadas houve crescente número de exclusões de empréstimos e contratação de novos.
- Ao final da apuração quando comprovada a autenticidade do contrato, não era possível a sua reativação devido a ocupação da margem consignável por novos empréstimos.

Motivação para publicação da Atual Resolução

- Em 2013 para aprimorar o cumprimento à ACP/PA, foi publicada a Resolução nº 321/PRES/INSS de 11/07/2013 – os contratos eram suspensos, porém a margem ficava bloqueada por até 60 dias para apuração da regularidade de contrato.
- Com a publicação da Resolução nº 321/2013, verificou-se que o prazo de bloqueio da margem mostrou-se insuficiente, dando vazão à má prática de suspensão de um contrato para inclusão de um novo, antes da apuração da veracidade do contrato contestado.

Motivação para publicação da Atual Resolução

- O Parecer de Força Executória nº 00001/2018/NUPREV/PGPA/PGU/AGU, recomendou então a suspensão do desconto consignado e consequentemente o bloqueio da margem consignável até a finalização do procedimento administrativo de apuração de eventuais irregularidades.
- Em complemento ao Parecer acima, foi editado o Parecer nº 00001/2018/SAADM/PFE-INSS-SEDE/PGF/AGU, recomendando estipulação de prazo de até 180 dias para conclusão da apuração.

Motivação para publicação da Atual Resolução

- Foi publicada então a Resolução nº 656/PRES/INSS, de 4 de setembro de 2018, que prevê bloqueio da margem até o final da apuração. Podendo a margem ficar bloqueada por até 180 dias, prorrogáveis por igual período mediante justificativa.

Diretoria de Benefícios

Coordenação – Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios - CGGPB

ALBERTO CARLOS FREITAS ALEGRE

**COORDENADOR –GERAL DE GERENCIAMENTO DO PAGAMENTO DE
BENEFÍCIOS**

alberto.alegre@inss.gov.br